

Iphan define nova presidente depois de sete meses sem nomeação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério do Turismo, tem nova presidente. O ministro Marcelo Álvaro Antônio nomeou para o cargo Larissa Rodrigues Peixoto, formada em turismo e hotelaria no Centro Universitário do Triângulo (MG), em 2008, e funcionária (agente administrativo) do ministério. Larissa irá substituir a historiadora Kátia Bogéa, que deixou o cargo há sete meses.

A indicação de Larissa Rodrigues Peixoto, que não é da área de patrimônio cultural, mas de turismo e hotelaria, começa a despertar polêmica. Defensores da proteção dos bens culturais pela União alegam que o Iphan, instituição com mais de 80 anos, deve ter um gestor da área.

Críticas

A indicação de profissionais "inadequados a postos estratégicos" no Iphan, conforme especialistas, tem gerado críticas e providências.

Diante do quadro, as parlamentares mineiras do PSol, Áurea Carolina, deputada federal, e Cida Falabella, vereadora em Belo Horizonte, oficializaram, há dias semanas, uma representação à chefe da Procuradoria da República de Minas Gerais, Isabela de Holanda Cavalcanti, pedindo "apuração de supostos atos ilegais cometidos, como o desvio de finalidade, relativo às nomeações para cargos estratégicos em Minas, na Paraíba e no Rio de Janeiro.

Diz o documento: "É preciso frisar que nomeações políticas que vêm negligenciando aspectos técnico-científicos para cargos estratégicos têm sido comum no que toca às ocupações dos cargos no Iphan". São citados Victor Fonseca Lucchesi, para o cargo comissionado de coordenador administrativo, e Marcelo Henrique Teixeira Dias, ambos para o Iphan em Minas; Zilfrank Antero de Araújo, para chefe de divisão técnica na superintendência do Iphan na Paraíba, e Monique Baptista Aguiar, como coordenadora no Rio de Janeiro. As parlamentares pedem que os atos sejam revogados.

Em Minas, que tem um dos patrimônios mais ricos do país, a superintendência do Iphan será ocupada pela arquiteta, urbanista e especialista no setor, Débora do Nascimento França.

Empregados cobram da Ebserh urgência na solução de problemas ligados à Covid-19

Com cerca de 3 horas de duração, Ebserh, Condsef/Fenadsef, sua assessoria jurídica e representantes da Comissão Nacional de Negociação realizaram nessa sexta-feira, 8, a 3ª reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2021. Feita por videoconferência, um dos pontos centrais foi a reivindicação da categoria para que soluções urgentes sejam dadas pela Ebserh aos problemas relacionados à Covid-19. Os empregados reportaram a situação na linha de frente no combate à pandemia enumerando as dificuldades que estão sendo enfrentadas para cumprir com as tarefas diárias. A falta de equipamentos de proteção adequados (EPI's) e a baixa qualidade de alguns desses equipamentos são pontos críticos.

Foram reivindicadas providências imediatas e condições necessárias para garantir o atendimento, proteção correta e também a testagem dos profissionais, considerada insuficiente frente ao crescente número de infectados nos Hospitais Universitários (HU's) em todo o Brasil. Depois de também cobrar adequação do percentual de insalubridade para o grau máximo, a categoria solicitou a inclusão imediata de representantes dos trabalhadores, indicados pelos sindicatos, nos comitês de crise dos HU's e no comitê criado na sede da Ebserh.

Desafios e entraves do ACT 2020/2021 já estão no horizonte

Os empregados ainda pediram a suspensão das negociações do ACT 2020/2021 enquanto durar a fase aguda da pandemia. O momento dificulta a garantia de um debate mais amplo com os empregados. Das 65 cláusulas apresentadas na proposta da categoria, a Ebserh apontou 52 como inviáveis. Cinco seriam negociáveis e apenas oito estariam em consenso entre empregados e empresa.

A Ebserh informou que estão sendo finalizados os procedimentos para conclusão do pagamento da atualização do salários e retroativos referentes ao ACT 2019/2020. O acordo foi homologado após longo processo que envolveu dissídio coletivo e mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os novos valores devem sair nas prévias desse mês.

Os pontos urgentes levantados pela categoria devem ser respondidos pela empresa até o final dessa semana. Ainda na sexta, 8, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, fez um vídeo dando informes sobre a videoconferência com a empresa.

Negociações em Minas Gerais

No dia 08/05, a diretoria do SINDSEP-MG reuniu-se com as superintendências da Ebserh, das unidades de Belo Horizonte e Uberaba. Na reunião com representantes da unidade da Ebserh, em Belo Horizonte, a a superintendência do HC-UFMG informou que não estão conseguindo comprar **kits de exames para testagem nos profissionais de saúde**. A verba existe e até foi feita uma licitação, mas a empresa ganhadora fornecia kits que não eram habilitados pela Fundação Ezequiel Dias (Funed), a segunda empresa ficou de entregar os kits no dia 30/04, mas até o momento a entrega não foi feita. Quando existe a suspeita, o trabalhador é afastado e encaminhado para fazer os exames pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, os trabalhadores encontram dificuldades em realizar o exame, pois os testes pelo SUS, somente em casos graves. Em Belo Horizonte, dois trabalhadores tiveram o exame confirmado para Covid-19, mesmo assim porque pagaram do próprio bolso para fazer o exame. A responsabilidade pela saúde de seus trabalhadores é da empresa (Ebserh) e o SINDSEP-MG vai fazer essa cobrança da empresa para que sejam o atendimento e exames emergenciais para os empregados que apresentarem sintomas do Covid-19. Sobre os **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, a Ebserh informou que existe uma quantidade suficiente para os próximos dois meses e, em caso, de qualquer dificuldade na aquisição desses equipamentos, o Sindicato será informado. Sobre a questão das **escalas** que estavam sendo entregues em atraso o problema já foi solucionado e a Universidade informada. Sobre **o pagamento da insalubridade em grau máximo**, foi definida a data inicial em 18/03 (primeiro caso suspeito) e a partir daí será feito um levantamento dos profissionais de saúde em escala permanente, os locais em que esse paciente passou e o Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (SOST) vai elaborar um laudo ambiental para pagar a insalubridade, no percentual de 40%. O pagamento da insalubridade na unidade de BH ainda não havia sido implementado, por causa de dúvidas em relação às normativas enviadas pela sede da Ebserh, em Brasília. E após alguns questionamentos, a resposta só chegou no dia 07/05.

Em Uberaba, a reunião com a Superintendência do HC-UFTM discutiu os seguintes pontos: atendimento e exames emergenciais para os empregados que apresentarem sintomas do Coronavírus; • Políticas de Saúde do Trabalhador mediante a Pandemia; • Divulgação das deliberações aprovadas pelo Comitê de Enfrentamento do Covid-19, para conhecimento dos trabalhadores. A Superintendência informou que está garantindo tanto o atendimento quanto os exames para os profissionais de saúde e quanto à questão da dificuldade de divulgação das informações definidas nas reuniões do comitê, a empresa garantiu que vai fazer um esforço para a melhorar a comunicação com os trabalhadores mantendo-os informados sobre todas as deliberações tomadas sobre a questão da pandemia do coronavírus.

Governo inicia pesquisa para ver desempenho de servidor em home office

O governo federal dará início a uma pesquisa junto aos servidores espalhados pelo país para saber como estão enfrentando o trabalho remoto durante a pandemia da covid-19, provocada pelo novo coronavírus, e que poderá ter repercussão internacional com a troca de experiência com outros países, como Estados Unidos, Canadá e Israel.

O lançamento da enquete está sendo feito pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, e o objetivo do estudo será apurar dados comportamentais para comparar com pesquisas internacionais. A expectativa dos gestores é de que as pessoas participem voluntariamente do processo de avaliação, que deve se estender até o fim do mês.

“Nosso objetivo é avaliar o uso de ferramentas de trabalho remoto dos servidores neste momento em que o teletrabalho vem ganhando espaço cada vez mais acelerado devido à pandemia. A ideia é obter um

panorama da administração pública e do dia a dia do servidor que está trabalhando de casa”, afirmou o secretário Wagner Lenhart, titular da SGP.

Lenhart reconheceu que o trabalho remoto, em algumas funções que não exigem o contato com a população assistida pelos serviços públicos, tende a ser uma tendência. “O esforço em gestão pública ao redor do mundo é aprimorar a prestação de serviço ao público, e uma parte desse trabalho é evoluir e obter ganho de eficiência, inclusive, por meio do trabalho remoto”, disse. O secretário lembrou que a transição em algumas áreas para o teletrabalho fazia parte dos processos de modernização interna e vinha ocorrendo em uma velocidade mais lenta em alguns órgãos mas, acabou acelerando no meio da pandemia. Conforme dados da SGP, entre 27 de abril e 1º de maio, 51% dos servidores públicos federais civis estavam trabalhando em casa e os casos confirmados de covid-19 registrados no sistema aumentaram de 317 para 487 de uma semana para outra. Esses números não incluem as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Mapa emocional

“Esse programa pode ser uma oportunidade para fazermos um movimento que vem ocorrendo dentro do mercado de trabalho diante dos avanços tecnológicos e como pode ser acompanhado dentro da administração pública”, afirmou o secretário. “Temos um caminho para avançar e nem todos os órgãos poderão utilizar o trabalho remoto, mas poderemos tomar as melhores decisões e auxiliar melhor a entrega dos serviços à população”, destacou. Lenhart lembrou, ainda, que a pesquisa também buscará mapear a questão da saúde e do emocional dos servidores nesse ambiente de confinamento durante a pandemia.

De acordo com o presidente da Enap, Diogo Godinho Ramos Costa, a pesquisa faz parte de um estudo conduzido mundialmente pelo Center for Advanced Hindsight (CAH) da Duke University, nos Estados Unidos, em conjunto com a Harvard Business School e a Kayma, e é liderada por Dan Ariely, professor de psicologia e economia comportamental norte-americano, um dos principais especialistas do mundo na área. “A ideia do estudo é analisar e trocar experiências de Estados Unidos e Israel”, destacou. Segundo ele, o estudo já possui informações também de servidores do Canadá e do Reino Unido. “A participação é voluntária e serão garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas”, disse.

100 mil pessoas devem participar

A expectativa de Diogo Godinho Ramos Costa, presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), é de que pelo menos 100 mil servidores participem da pesquisa sobre teletrabalho no setor público. O estudo buscará identificar as melhores práticas no trabalho remoto e adotá-las em ações de treinamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre gestão do teletrabalho. “A Duke University (EUA) está liderando o estudo e os dados entre os países poderão ser compartilhados. Isso vai enriquecer nossas bases de dados e ajudar nos avanços das melhores práticas para o teletrabalho dentro do funcionalismo público”, disse.

Portaria determina retorno às atividades presenciais de servidores

A Secretaria Executiva do Ministério da Economia, publicou no Diário Oficial da União (DOU), desta segunda-feira (11), a Portaria 11.699/2020, que altera o prazo de retorno às atividades presenciais de servidores participantes de iniciativas de gestão semelhantes às de que trata a Instrução Normativa SGP/MP nº 1, de 2018.

A Instrução Normativa nº 1, de 31 de agosto de 2018, estabeleceu orientação, critérios e procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec relativos à implementação de Programa de Gestão. Esse programa estabelece, dentre outros, novas possibilidades para o trabalho do servidor público: teletrabalho, semipresencial e trabalho por tarefas.

De acordo com a Portaria, os servidores participantes de iniciativas de gestão semelhantes às de que trata a Instrução Normativa SGP/MP nº 1, de 2018, deverão retornar às suas atividades presenciais no Ministério da Economia até a data de 10 de julho de 2020, apresentando-se em sua unidade de lotação.

Segundo a Norma, é de competência do dirigente da unidade do servidor realizar a divulgação do alcance das metas trimestrais, referente ao período em que o servidor esteve inserido na iniciativa de gestão sob supervisão da respectiva unidade.

Portaria autoriza contratação de profissionais de saúde

O Diário Oficial da União (DOU), desta segunda-feira (11), trouxe a Portaria 11.259/2020, de autoria do Ministério da Saúde juntamente com Ministério da Economia. Trata-se da autorização da contratação de

profissionais da saúde, por um período de 6 meses, podendo ser prorrogado pelo prazo necessário à superação da situação da calamidade pública, causada pelo coronavírus, desde que o prazo total não exceda dois anos.

Ao todo serão ofertadas 4.117 vagas entre médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, atividades de gestão e manutenção hospitalar, apoio técnico e diagnóstico, e atividades de suporte em gestão e manutenção hospitalar, apoio técnico e diagnóstico. A remuneração desses profissionais ainda será definida pelo Ministério da Saúde.

Bolsonaro continua apostando na morte da população brasileira

Enquanto retira direito dos servidores federais, congelando seus salários até dezembro de 2021, e beneficia o sistema financeiro com a liberação de R\$ 1,2 trilhão aos bancos, o governo Bolsonaro aposta na morte da população brasileira. Em mais um tremendo ato de irresponsabilidade, surpreendendo mais uma vez a todos, o presidente Jair Bolsonaro se dirigiu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e forçou uma reunião com o ministro Dias Toffoli, nessa quinta-feira (07), para exigir o fim do isolamento social no Brasil.

Acompanhava o teatro presidencial, o ministro da Economia, Paulo Guedes, além de outros ministros, empresários e membros de associações de diversos setores como o têxtil, de produção de cimento, farmacêutico, máquinas, calçados e energia.

A exigência do presidente, que não foi atendida pelo STF por motivos óbvios, aconteceu no momento em que as mortes alcançaram um número de 600 ocorrências por dia, com o colapso em várias capitais.

O encontro ocorreu também um dia depois de o próprio ministro da Saúde, Nelson Teich, ter admitido que, em certos lugares do país, será preciso recorrer a quarentena obrigatória.

Bolsonaro realmente se supera a cada dia. As suas atitudes têm estimulado os brasileiros a irem às ruas em um momento de extrema gravidade para o Brasil. Uma grande parcela da população brasileira está na rua como se nada estivesse acontecendo! E parece que as medidas para conter o vírus, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, estimulou ainda mais a ida às ruas, surtindo um efeito contrário ao que se esperava.

Indignada com mais um ato de covardia e desprezo pela vida dos brasileiros, a Condsef/Fenadsef vai acionar o STF contra o que considera inadmissível: colocar o lucro acima da vida.

Matemática da morte

Pelos cálculos que Bolsonaro propaga, 70% da população brasileira teria que ser contaminada para o vírus ir embora. Como somos 209,5 milhões de habitantes, 70% seria equivalente a 146.65 milhões de pessoas. Mas cerca da metade dos brasileiros está conseguindo se manter em casa, saindo só para realizar tarefas essenciais. A metade de 209.5 milhões são cerca de 104.75 milhões de pessoas. E 70% dessa quantia equivale a cerca de 73.32 milhões.

Hoje, o Brasil conta com cerca de 136 mil casos confirmados. Mas a previsão é de que, extraoficialmente, esse número seja 10 vezes mais. Então teríamos cerca de 1.36 milhão de pessoas contaminadas desde a chegada da pandemia aqui.

Mas Bolsonaro continua estimulando os brasileiros a irem às ruas, enquanto metade da população consegue se manter em casa. Imaginem então quanto tempo levará para que o vírus chegue a 73.32 milhões de brasileiros! E depois que isso acontecer, quantos morrerão sem tratamento nas filas das UTIs!? Ou seja, sem a quarentena obrigatória nos estados mais críticos, estaremos vivendo o caos prolongado por muito tempo. Quem conseguir se manter em quarentena, viverá em prisão por mais alguns meses. Os trabalhadores que estiverem na rua, vão adoecer, terão que se afastar do trabalho e rezar para serem atendidos e não morrerem.

Principalmente aqueles que vivem nas periferias das grandes cidades e nos municípios do interior do Estado que possuem uma assistência médica pra lá de precária. Os ricos sempre terão garantia de atendimento em algum lugar.

Enquanto isso, a economia ficará em uma situação muito pior do que nos países em que a quarentena obrigatória foi decretada porque sofrerá reflexos da pandemia por um período muito mais prolongado.

Calendário de Atividades

- **12/05** – Reunião (videoconferência) da Diretoria Colegiada SINDSEP-MG;
Reunião (videoconferência) com sindicatos de servidores públicos;
- **13/05** - Reunião (videoconferência) da Direção Estadual da CUT/MG.